

Investimento Direto Estrangeiro e Comércio Exterior

Em Boletins anteriores focamos as relações entre a distribuição setorial dos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e o *quantum* das exportações segundo setores da atividade industrial. Naquele momento, nossas conclusões indicavam que a evolução da taxa real de câmbio mantinha um grau relevante de correlação com a alocação do estoque de IDE no setor secundário. Ademais, se indicava que os setores industriais que mantinham as maiores taxas de crescimento do *quantum* exportado eram os setores com maior participação na distribuição do IDE.

Neste vigésimo quarto Boletim SOBEET abordamos novamente as relações entre IDE e comércio exterior. Desta vez, contudo, apresentamos brevemente elementos teóricos que explicam a relação entre internacionalização da produção das empresas dos países desenvolvidos em direção aos países em desenvolvimento e fluxos de comércio entre ambos. Além disso, a análise da participação de 20 países nas exportações e nos fluxos mundiais de IDE indica uma relação linear positiva entre captação de IDE e desempenho exportador.

A relação entre a captação de recursos externos sob a forma de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e o desempenho exportador passa pela busca de se criar plataformas exportadoras nos países receptores desses recursos. Em um estudo com um modelo de três regiões (dois países desenvolvidos e com elevados custos de produção *vis-à-vis* um terceiro país em desenvolvimento com custos inferiores) sustentou-se que a criação de plataformas exportadoras no país em desenvolvimento emerge quando as empresas dos dois países desenvolvidos estabelecem plantas com menores custos no país em desenvolvimento com o intuito de servir os países desenvolvidos (NBER, 9517).

O comércio exterior surge, portanto, quando os custos de transporte de insumos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento e os custos da internacionalização das plantas produtivas localizadas nos países em desenvolvimento são inferiores aos dos países desenvolvidos. Essa diferença de custos articula-se com a posse de ativos específicos das empresas transnacionais (tecnologia, capacidade de financiamento, gerenciamento, e qualificação da mão-de-obra) que lhes capacitam promover a internacionalização da produção por meio do IDE. A inclusão do país em desenvolvimento em uma área de livre comércio com os países desenvolvidos pode potencializar o processo de criação da plataforma de exportação.

Uma aproximação empírica relativamente simples das relações entre IDE e comércio exterior pode ser apreendida pela relação entre a participação de 20 países no valor nominal das exportações mundiais e a participação desses países no total dos fluxos mundiais de IDE em 2002. Conforme mostra o Gráfico 1, há uma relação positiva entre as duas variáveis.

A obtenção de uma relação linear entre essas duas proporções indica que para cada 1 ponto percentual de participação nas exportações mundiais, cada um dos 20 países deveria ter 1,6 ponto percentual nos fluxos mundiais de IDE.

Alguns países, dentre os quais o Brasil, chamam atenção por se posicionarem fora da curva. Os EUA têm uma participação em 2002 nos fluxos mundiais de IDE divergente de sua posição relativa no comércio internacional. Pode-se levantar o argumento de que se trata de um fenômeno pontual associado à redução das entradas de IDE naquele país verificada em 2002.

A participação relativa do Brasil nos fluxos de IDE, por sua vez, não condiz com sua posição nas exportações mundiais. De acordo com a linha de regressão apresentada, a participação do Brasil nas exportações mundiais "deveria" chegar a cerca de 4%, ou seja, quatro vezes maior do que a posição atual.

Dados para 2003 indicam que a participação do Brasil na captação de IDE (1,6%) recuou para seu menor valor desde 1995 ao mesmo tempo em que a participação das exportações brasileiras nos fluxos mundiais de exportações (1,03%) se elevou para seu maior valor

Boletim da SOBEET

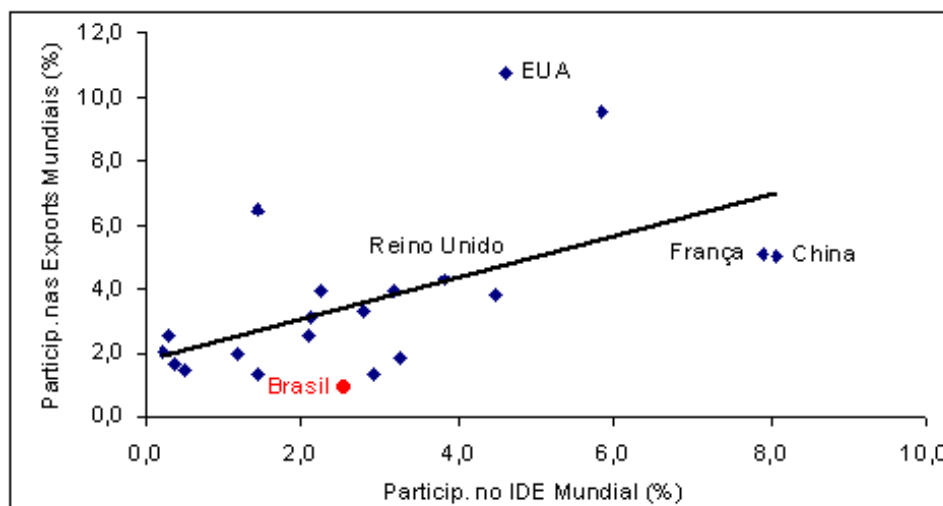
Edição e Redação: Fernando Ribeiro

Avenida Paulista, 326 - 1º andar
Conjuntos 15/16 - São Paulo-SP -
Brasil - CEP 01310-000
tel/fax: 55 11 287-6987/251-2237
e-mail: sobeet@uol.com.br
site: www.sobeet.com.br

desde 1993. É provável que a vigorosa expansão do estoque de IDE na economia brasileira entre 1995 e 2000 (de US\$ 41,7 bilhões para US\$ 103 bilhões) juntamente com o ajuste no câmbio real estejam mostrando os primeiros sinais de que o Brasil venha a se tornar uma plataforma exportadora.

A construção teórica brevemente exposta no início desse Boletim bem como a evidência empírica apresentada fortalecem essa hipótese. Some-se que tal hipótese seria ainda mais forte caso o país conseguisse implementar políticas macroeconômicas que: (i) perseguissem um câmbio real mais favorável as exportações; (ii) instituísem um sistema tributário menos complexo e (iii) estimulassem investimentos em infra-estrutura por meio, também, das definições regulatórias desse setor.

Gráfico 1 - Relação entre a participação relativa nas exportações mundiais e no IDE Mundial de 20 países (%) 2002



Fonte: OMC e UNC

PRESIDENTE: Antônio Corrêa de Lacerda (PUC-SP)
VICE-PRESIDENTE: Maria Helena Zockun (FIPE-USP)

DIRETORES: Antonio Prado (Senado)
 Lia Hasenclever (IE-UFRJ)
 Lia Valls Pereira (EPGE/IBRE-FGV-RJ)
 Otaviano Canuto (Ministério da Fazenda - Diretor Licenciado)

CONSELHO CONSULTIVO:

Antonio Martins da Cunha Filho (DECEC-BACEN); Armando Castelar Pinheiro (IPEA); Arno Meyer (Ministério da Fazenda); Beny Parnes (Assuntos Internacionais-BACEN); Carlos Eduardo Carvalho (PUC-SP); Carlos Kawall (Citibank/PUC-SP); Carlos Mussi (CEPAL-Brasil); Claudio Frischtak (Inter B); Gustavo Franco (PUC-RJ); Henrique Meirelles (Presidente BACEN) Hermann Wever (Siemens Brasil); João Paulo dos Reis Velloso (INAE); John E. Mein (Consentes); Luciano Coutinho (IE-UNICAMP); Luiz Carlos Bresser Pereira (FGV-SP); Mário Vilalva (Promoção Comercial do Itamaraty); Maurício Mesquita Moreira (BNDES); Octavio de Barros (Bradesco); Regis Bonelli (IPEA); Reinaldo Gonçalves (IE-UFRJ); Renato Baumann (UnB/CEPAL-Brasil); Ricardo Bielschowsky (CEPAL-Brasil); Rubens Barbosa (Embaixador do Brasil em Washington); Rubens Ricupero (Secretário Geral da UNCTAD) Samuel Pinheiro Guimarães (Secretário Executivo do Ministério das Relações Exteriores); Sandra Polónia Rios (CNI); Vera Thorstensen (Missão do Brasil na OMC); Virene Roxo Matesco (EPGE/IBRE-FGV-RJ); Viviane Ventura (CEPAL-Chile); Winston Fritsch (Rio Bravo); Yoshiaki Nakano (FGV-SP)

Mantenedores



Lloyds TSB



INVESTE
BRASIL



ABN AMRO

PINHEIRO NETO ADVOGADOS

Apoio



Câmara Americana de Comércio
American Chamber of Commerce

São Paulo

